



ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município: Olímpia
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

Exercício: 2021

Mês:

Em R\$

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
RECEITAS CORRENTES	193.932.705,85	193.932.705,85	205.738.922,71	11.806.216,86	DESPESAS CORRENTES	178.954.120,23	195.484.589,90	174.066.459,89	168.127.059,86	168.118.395,73	21.418.130,07
Receita Tributária	61.445.000,00	61.445.000,00	52.561.450,26	-8.883.549,74	Pessoal e Encargos Sociais	90.348.929,90	89.649.642,08	81.112.657,41	81.112.657,41	81.111.713,28	8.536.984,19
Impostos	50.030.000,00	50.030.000,00	44.121.868,71	-5.908.131,29	Juros e Encargos da Dívida	584.000,00	524.000,00	496.298,72	496.298,72	496.298,72	27.701,28
Taxas	11.415.000,00	11.415.000,00	8.439.581,55	-2.975.418,45	Outras Despesas Correntes	88.021.190,33	105.310.947,82	92.457.503,76	86.518.103,73	86.510.383,73	12.853.444,09
Receita de Contribuições	5.202.000,00	5.202.000,00	4.006.567,90	-1.195.432,10	DESPESAS DE CAPITAL	41.824.922,64	49.945.966,33	33.954.965,92	21.548.498,85	21.185.889,18	15.991.000,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.202.000,00	5.202.000,00	4.006.567,90	-1.195.432,10	Investimentos	41.824.922,64	49.945.966,33	33.954.965,92	21.548.498,85	21.185.889,18	15.991.000,00
Receita Patrimonial	830.000,00	830.000,00	5.154.337,84	4.324.337,84	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.700.000,00	1.014.309,89	0,00	0,00	0,00	1.014.309,89
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	275.950,00	275.950,00	421.146,62	145.196,62	SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	222.479.042,87	246.444.866,12	208.021.425,81	189.675.558,71	189.304.284,91	38.423.441,91
Valores Mobiliários	554.050,00	554.050,00	289.036,82	-265.013,18	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	2.261.451,00	2.082.724,52	2.071.188,81	2.071.188,81	2.071.188,81	11.535,19
Cessão de Direitos	0,00	0,00	4.444.154,40	4.444.154,40	Amortização da Dívida Interna	2.261.451,00	2.082.724,52	2.071.188,81	2.071.188,81	2.071.188,81	11.535,19
Receita de Serviços	10.000,00	10.000,00	5.494,76	-4.505,24	Outras Dívidas	2.261.451,00	2.082.724,52	2.071.188,81	2.071.188,81	2.071.188,81	11.535,19
Transferências Correntes	125.647.705,85	125.647.705,85	143.598.779,18	17.951.073,33							
Transferências da União e de suas Entidades	50.516.062,44	50.516.062,44	68.064.062,81	17.548.000,37							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	47.176.643,41	47.176.643,41	46.479.046,75	-697.596,66							
Transferências de Instituições Privadas	375.000,00	375.000,00	450.168,43	75.168,43							
Transferências de Outras Instituições Públicas	27.200.000,00	27.200.000,00	28.605.501,19	1.405.501,19							
Transferências de Pessoas Físicas	380.000,00	380.000,00	0,00	-380.000,00							
Outras Receitas Correntes	798.000,00	798.000,00	412.292,77	-385.707,23							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	168.000,00	168.000,00	128.465,54	-39.534,46							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	535.000,00	535.000,00	125.765,09	-409.234,91							
Demais Receitas Correntes	95.000,00	95.000,00	158.062,14	63.062,14							

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)
RECEITAS DE CAPITAL	37.274.788,02	37.274.788,02	18.872.009,64	-18.402.778,38
Operações de Crédito	8.060.000,00	8.060.000,00	5.614.746,89	-2.445.253,11
Operações de Crédito Internas	8.060.000,00	8.060.000,00	5.614.746,89	-2.445.253,11
Alienação de Bens	1.260.000,00	1.260.000,00	798.975,95	-461.024,05
Alienação de Bens Imóveis	1.260.000,00	1.260.000,00	798.975,95	-461.024,05
Transferência de Capital	27.954.788,02	27.954.788,02	10.585.955,00	-17.368.833,02
Transferências da União e de suas Entidades	13.852.315,70	13.852.315,70	8.827.468,08	-5.024.847,62
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.102.472,32	14.102.472,32	1.758.486,92	-12.343.985,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	1.872.331,80	1.872.331,80
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	1.872.331,80	1.872.331,80
Subtotal das Receitas (I)	231.207.493,87	231.207.493,87	224.610.932,35	-6.596.561,52
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	231.207.493,87	231.207.493,87	224.610.932,35	-6.596.561,52
DÉFICIT (IV)	0,00	17.320.096,77	0,00	
TOTAL (V) = (III + IV)	231.207.493,87	248.527.590,64	224.610.932,35	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	11.017.231,31			
Superávit Financeiro	11.017.231,31			

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	224.740.493,87	248.527.590,64	210.092.614,62	191.746.747,52	191.375.473,72	38.434.976,88
SUPERÁVIT (IX)	6.467.000,00	0,00	14.518.317,73			
TOTAL (X) = (VIII + IX)	231.207.493,87	248.527.590,64	224.610.932,35	191.746.747,52	191.375.473,72	



ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município: Olímpia
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

Exercício: 2022

Mês: 1

Em R\$

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
RECEITAS CORRENTES	184.683.437,53	184.683.437,53	236.432.057,96	51.748.620,43	DESPESAS CORRENTES	166.691.637,53	217.389.397,79	204.060.210,08	195.880.578,90	195.144.726,01	13.329.187,89
Receita Tributária	53.902.220,00	53.902.220,00	65.025.702,14	11.123.482,14	Pessoal e Encargos Sociais	81.299.604,74	85.869.565,17	81.816.564,32	81.816.564,32	81.814.226,56	4.053.000,81
Impostos	42.963.800,00	42.963.800,00	55.707.645,96	12.743.845,96	Juros e Encargos da Dívida	307.000,00	1.378.900,00	1.363.002,34	1.363.002,34	1.363.002,34	15.897,66
Taxas	10.938.420,00	10.938.420,00	9.318.056,18	-1.620.363,82	Outras Despesas Correntes	85.085.032,79	130.140.932,62	120.880.643,42	112.701.012,24	111.967.497,11	9.260.285,52
Receita de Contribuições	5.045.940,00	5.045.940,00	4.357.853,52	-688.086,48	DESPESAS DE CAPITAL	22.170.432,47	40.168.271,04	23.874.648,77	14.393.166,72	14.309.560,81	16.293.622,31
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.045.940,00	5.045.940,00	4.357.853,52	-688.086,48	Investimentos	22.170.432,47	40.168.271,04	23.874.648,77	14.393.166,72	14.309.560,81	16.293.622,31
Receita Patrimonial	805.651,00	805.651,00	2.071.802,63	1.266.151,63	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	267.900,00	267.900,00	513.985,40	246.085,40	SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	190.362.070,00	257.557.668,83	227.934.858,85	210.273.745,62	209.454.286,82	29.622.805,23
Valores Mobiliários	537.751,00	537.751,00	1.557.817,23	1.020.066,23	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	2.486.000,00	3.194.400,00	3.194.328,38	3.194.328,38	3.194.328,38	71,62
Receita de Serviços	9.700,00	9.700,00	3.543,93	-6.156,07	Amortização da Dívida Interna	2.486.000,00	3.194.400,00	3.194.328,38	3.194.328,38	3.194.328,38	71,62
Transferências Correntes	124.153.626,53	124.153.626,53	164.207.400,44	40.053.773,91	Outras Dívidas	2.486.000,00	3.194.400,00	3.194.328,38	3.194.328,38	3.194.328,38	71,62
Transferências da União e de suas Entidades	47.219.135,42	47.219.135,42	67.611.189,44	20.392.054,02							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	47.254.245,41	47.254.245,41	59.281.969,85	12.027.724,44							
Transferências de Instituições Privadas	271.600,00	271.600,00	841.923,28	570.323,28							
Transferências de Outras Instituições Públicas	29.040.045,70	29.040.045,70	36.472.317,87	7.432.272,17							
Transferências de Pessoas Físicas	368.600,00	368.600,00	0,00	-368.600,00							
Outras Receitas Correntes	766.300,00	766.300,00	765.755,30	-544,70							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	155.200,00	155.200,00	303.357,46	148.157,46							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	518.950,00	518.950,00	392.799,77	-126.150,23							
Demais Receitas Correntes	92.150,00	92.150,00	69.598,07	-22.551,93							

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)							
RECEITAS DE CAPITAL	18.879.632,47	18.879.632,47	19.753.523,31	873.890,84							
Operações de Crédito	0,00	0,00	10.441.107,06	10.441.107,06							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	10.441.107,06	10.441.107,06							
Alienação de Bens	1.000.000,00	1.000.000,00	804.704,42	-195.295,58							
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	111.380,00	111.380,00							
Alienação de Bens Imóveis	1.000.000,00	1.000.000,00	693.324,42	-306.675,58							
Transferência de Capital	17.879.632,47	17.879.632,47	8.491.904,83	-9.387.727,64							
Transferências da União e de suas Entidades	4.560.435,90	4.560.435,90	6.762.028,60	2.201.592,70							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.319.196,57	13.319.196,57	1.729.876,23	-11.589.320,34							
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	15.807,00	15.807,00							
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	15.807,00	15.807,00							
Subtotal das Receitas (I)	203.563.070,00	203.563.070,00	256.185.581,27	52.622.511,27							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	203.563.070,00	203.563.070,00	256.185.581,27	52.622.511,27	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	192.848.070,00	260.752.068,83	231.129.187,23	213.468.074,00	212.648.615,20	29.622.881,63
DÉFICIT (IV)	0,00	57.188.998,83	0,00		SUPERÁVIT (IX)	10.715.000,00	0,00	25.056.394,04			
TOTAL (V) = (III + IV)	203.563.070,00	260.752.068,83	256.185.581,27		TOTAL (X) = (VIII + IX)	203.563.070,00	260.752.068,83	256.185.581,27	213.468.074,00	212.648.615,20	43.514.961,07
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	25.544.173,80										
Superávit Financeiro	25.544.173,80										



ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município: Olímpia
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

Exercício: 2022

Mês: 1

Em R\$

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
RECEITAS CORRENTES	208.381.619,19	208.381.619,19	279.163.631,56	70.782.012,37	DESPESAS CORRENTES	189.628.924,19	264.612.137,89	246.868.449,62	234.728.598,99	234.521.473,13	17.743.685,76
Receita Tributária	59.008.820,00	59.008.820,00	82.643.847,23	23.635.027,23	Pessoal e Encargos Sociais	89.470.578,36	101.225.882,65	99.030.668,89	99.030.668,89	99.030.668,89	2.195.213,76
Impostos	49.014.750,00	49.014.750,00	70.853.886,33	21.839.136,33	Juros e Encargos da Dívida	1.500.000,00	5.603.000,00	5.574.091,84	5.574.091,84	5.574.091,84	28.908,16
Taxas	9.994.070,00	9.994.070,00	11.789.960,90	1.795.890,90	Outras Despesas Correntes	98.658.345,83	157.783.255,24	142.263.688,89	130.123.838,26	129.916.712,40	15.519.566,04
Receita de Contribuições	4.206.665,00	4.206.665,00	5.121.966,57	915.301,57	DESPESAS DE CAPITAL	52.539.583,66	97.352.295,47	70.277.669,18	45.200.348,49	45.200.348,49	27.074.626,28
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	4.206.665,00	4.206.665,00	5.121.966,57	915.301,57	Investimentos	52.539.583,66	97.352.295,47	70.277.669,18	45.200.348,49	45.200.348,49	27.074.626,28
Receita Patrimonial	935.605,00	935.605,00	8.236.510,37	7.300.905,37	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	513.055,00	513.055,00	843.560,58	330.505,58	SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	243.668.507,85	361.964.433,36	317.146.118,80	279.928.947,48	279.721.821,62	44.818.314,86
Valores Mobiliários	422.550,00	422.550,00	7.392.949,79	6.970.399,79	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	3.170.000,00	3.362.000,00	3.360.499,25	3.360.499,25	3.360.499,25	1.500,75
Receita de Serviços	4.480,00	4.480,00	403.051,67	398.571,67	Amortização da Dívida Interna	3.170.000,00	3.362.000,00	3.360.499,25	3.360.499,25	3.360.499,25	1.500,75
Transferências Correntes	143.437.889,19	143.437.889,19	181.161.194,71	37.723.305,52	Outras Dívidas	3.170.000,00	3.362.000,00	3.360.499,25	3.360.499,25	3.360.499,25	1.500,75
Transferências da União e de suas Entidades	54.862.384,30	54.862.384,30	73.714.314,52	18.851.930,22							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	54.500.404,89	54.500.404,89	67.164.860,83	12.664.455,94							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	95.600,00	95.600,00	94.753,00	-847,00							
Transferências de Instituições Privadas	544.200,00	544.200,00	920.114,24	375.914,24							
Transferências de Outras Instituições Públicas	33.435.300,00	33.435.300,00	39.267.152,12	5.831.852,12							
Outras Receitas Correntes	788.160,00	788.160,00	1.597.061,01	808.901,01							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	160.700,00	160.700,00	170.378,16	9.678,16							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	606.480,00	606.480,00	1.411.680,06	805.200,06							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	20.980,00	20.980,00	0,00	-20.980,00							
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	15.002,79	15.002,79							

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)							
RECEITAS DE CAPITAL	51.693.783,66	51.693.783,66	34.236.089,18	-17.457.694,48							
Operações de Crédito	27.409.815,00	27.409.815,00	27.119.373,52	-290.441,48							
Operações de Crédito Internas	27.409.815,00	27.409.815,00	27.119.373,52	-290.441,48							
Alienação de Bens	5.120.000,00	5.120.000,00	335.482,49	-4.784.517,51							
Alienação de Bens Móveis	120.000,00	120.000,00	0,00	-120.000,00							
Alienação de Bens Imóveis	5.000.000,00	5.000.000,00	335.482,49	-4.664.517,51							
Transferência de Capital	19.163.968,66	19.163.968,66	5.899.278,92	-13.264.689,74							
Transferências da União e de suas Entidades	4.741.356,00	4.741.356,00	1.452.768,32	-3.288.587,68							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.422.612,66	14.422.612,66	4.446.510,60	-9.976.102,06							
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	881.954,25	881.954,25							
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	881.954,25	881.954,25							
Subtotal das Receitas (I)	260.075.402,85	260.075.402,85	313.399.720,74	53.324.317,89							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	260.075.402,85	260.075.402,85	313.399.720,74	53.324.317,89	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	246.838.507,85	365.326.433,36	320.506.618,05	283.289.446,73	283.082.320,87	44.819.816,58
DÉFICIT (IV)	0,00	105.251.030,51	7.106.897,31		SUPERÁVIT (IX)	13.236.895,00	0,00	0,00			
TOTAL (V) = (III + IV)	260.075.402,85	365.326.433,36	320.506.618,05		TOTAL (X) = (VIII + IX)	260.075.402,85	365.326.433,36	320.506.618,05	283.289.446,73	283.082.320,87	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	39.070.694,03										
Superávit Financeiro	39.070.694,03										
Reabertura de créditos	0,00										



ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município: Olímpia

Poder: EXECUTIVO

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

Exercício: 2022

Mês: 1

Valores em R\$

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
RECEITAS CORRENTES	271.602.694,03	271.602.694,03	384.562.388,17	112.959.694,14	DESPESAS CORRENTES	244.097.650,77	312.444.766,76	296.779.340,79	280.288.331,28	279.681.118,24	15.665.425,52
Receita Tributária	81.009.100,00	81.009.100,00	97.987.412,65	16.978.312,65	Pessoal e Encargos Sociais	105.485.885,00	116.445.609,57	111.119.628,52	111.119.628,52	111.114.788,82	5.325.981,70
Impostos	67.305.000,00	67.305.000,00	85.009.804,37	17.704.804,37	Juros e Encargos da Dívida	3.515.000,00	9.042.550,00	9.042.478,64	9.042.478,64	9.042.478,64	71,36
Taxas	13.704.100,00	13.704.100,00	12.977.608,28	-726.491,72	Outras Despesas Correntes	135.096.765,77	186.956.607,19	176.617.233,63	160.126.224,12	159.523.850,78	10.339.373,47
Receita de Contribuições	5.449.000,00	5.449.000,00	5.809.176,25	360.176,25	DESPESAS DE CAPITAL	37.126.187,07	106.339.477,49	74.160.549,10	59.363.752,54	59.359.657,54	32.178.926,95
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.449.000,00	5.449.000,00	5.809.176,25	360.176,25	Investimentos	37.126.187,07	106.339.477,49	74.160.549,10	59.363.752,54	59.359.657,54	32.178.926,95
Receita Patrimonial	5.000.350,00	5.000.350,00	85.190.415,57	80.190.065,57	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	497.300,00	497.300,00	1.697.875,35	1.200.575,35	SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	282.723.837,84	418.784.244,25	370.939.889,89	339.652.083,82	339.040.775,78	47.844.354,07
Valores Mobiliários	4.503.050,00	4.503.050,00	9.492.540,22	4.989.490,22	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	4.940.000,00	5.634.000,00	5.630.786,50	5.630.786,50	5.630.786,50	3.213,50
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	74.000.000,00	74.000.000,00	Amortização da Dívida Interna	4.940.000,00	5.634.000,00	5.630.786,50	5.630.786,50	5.630.786,50	3.213,50
Receita de Serviços	156.200,00	156.200,00	990.886,11	834.686,11	Outras Dívidas	4.940.000,00	5.634.000,00	5.630.786,50	5.630.786,50	5.630.786,50	3.213,50
Transferências Correntes	178.938.644,03	178.938.644,03	193.254.482,67	14.315.838,64							
Transferências da União e de suas Entidades	70.230.001,98	70.230.001,98	81.291.820,46	11.061.818,48							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	65.870.642,05	65.870.642,05	71.580.374,41	5.709.732,36							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	54.000,00	54.000,00	99.807,00	45.807,00							
Transferências de Instituições Privadas	790.000,00	790.000,00	515.491,39	-274.508,61							
Transferências de Outras Instituições Públicas	41.994.000,00	41.994.000,00	39.766.989,41	-2.227.010,59							
Outras Receitas Correntes	1.049.400,00	1.049.400,00	1.330.014,92	280.614,92							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	288.100,00	288.100,00	134.317,63	-153.782,37							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	745.300,00	745.300,00	1.149.575,15	404.275,15							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	1.000,00	1.000,00	20.983,74	19.983,74							

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)							
Demais Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	25.138,40	10.138,40							
RECEITAS DE CAPITAL	32.295.473,81	32.295.473,81	31.158.460,63	-1.137.013,18							
Operações de Crédito	19.500.000,00	19.500.000,00	18.324.495,57	-1.175.504,43							
Operações de Crédito Internas	19.500.000,00	19.500.000,00	18.324.495,57	-1.175.504,43							
Alienação de Bens	2.100.000,00	2.100.000,00	1.120.028,30	-979.971,70							
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00	63.100,00	-36.900,00							
Alienação de Bens Imóveis	2.000.000,00	2.000.000,00	1.056.928,30	-943.071,70							
Transferência de Capital	10.695.473,81	10.695.473,81	11.585.753,85	890.280,04							
Transferências da União e de suas Entidades	2.741.116,50	2.741.116,50	4.084.904,69	1.343.788,19							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.954.357,31	7.954.357,31	7.500.849,16	-453.508,15							
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	128.182,91	128.182,91							
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	128.182,91	128.182,91							
Subtotal das Receitas (I)	303.898.167,84	303.898.167,84	415.720.848,80	111.822.680,96							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	303.898.167,84	303.898.167,84	415.720.848,80	111.822.680,96	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	287.663.837,84	424.418.244,25	376.570.676,39	345.282.870,32	344.671.562,28	47.847.567,07
DÉFICIT (IV)	0,00	120.520.076,41	0,00		SUPERÁVIT (IX)	16.234.330,00	0,00	39.150.172,41			
TOTAL (V) = (III + IV)	303.898.167,84	424.418.244,25	415.720.848,80		TOTAL (X) = (VIII + IX)	303.898.167,84	424.418.244,25	415.720.848,80	345.282.870,32	344.671.562,28	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	39.873.938,87										
Superávit Financeiro	39.873.938,87										
Reabertura de créditos	0,00										

Olímpia

Todos

Todos

Todos

Fonte de Recurso

Cód. Aplicação

Função, Subfunção

Covid/Corona/Pandemia

Todos

Todos

Todos

Não

Sim

2022

2023

2024

180.146.960,70

TOTAL ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

180.146.960,70

TOTAL DE CRÉDITOS ABERTOS POR FONTE DE RECURSO

358.486.117,84
DOTAÇÃO INICIAL

120.397.344,08
CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR

50.765.832,55
SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO A...

96.313.467,54
EXCESSO DE ARRECAÇÃO

32.500.660,61
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

59.749.616,62
CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS

0,00
CRÉDITOS ESPECIAIS REABERTOS

0,00

567.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

0,00
DOTAÇÃO TRANSFERIDA

0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENT...

0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINARIOS ABERTOS

0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINARIOS REABERTOS

0,00

0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

-32.500.660,61
(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES

506.132.417,93
DOTAÇÃO ATUALIZADA

50,25%
PERCENTUAL ALTERAÇÕES

0,00%
PERCENTUAL ALTERAÇÕES CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS



Peças de Planejamento - Exibir Resumo

Pesquisa

Município: *

Olímpia ▾

Peça de Planejamento: *

LOA ▾

Período: *

Peça Inicial - Peça atualizada até o Quadrimestre:

1º

2º

3º

Opções de Relatório: *

Programas e Ações

Demonstrativo de Alterações Orçamentárias

Programas e Metas

Demonstrativo de Previsão de Receitas

Exercício: *

2023

Pesquisar

Nova Pesquisa

Fechar

Gerar XLS

- Receita Prevista: R\$ 358.486.117,84

- Percentual autorizado: 15.00%

TOTAL GERAL					
SUPLEMENTAÇÃO			ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO		
ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO
R\$ 25.244.386,61	R\$ 48.036.820,67	R\$ 46.549.136,80	R\$ 7.256.274,00	R\$ 48.276.646,87	R\$ 4.216.695,75

AUTORIZAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO
-------------	---------------	---------------------------

TIPO	NÚMERO	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA	FINALIDADE	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO
DECRETO MUNICIPAL	8870/2023	25/09/2023	25/09/2023	Adequação de saldos de dotações.	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8717/2023	23/03/2023	23/03/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 490.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	9001/2023	22/12/2023	22/12/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 0,00	R\$ 384.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4820/2022	13/10/2022	13/10/2022	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.346,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4924/2023	27/09/2023	27/09/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 518.000,00	R\$ 4.828.905,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4898/2023	12/07/2023	12/07/2023	Alteração orçamentária	R\$ 200.000,00	R\$ 30.126,79	R\$ 1.819.560,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	9007/2023	29/12/2023	29/12/2023	Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar.	R\$ 14.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8785/2023	12/07/2023	12/07/2023	Alteração orçamentária	R\$ 69.489,31	R\$ 0,00	R\$ 98.394,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8978/2023	12/12/2023	12/12/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8764/2023	05/06/2023	05/06/2023	Alteração orçamentária	R\$ 86.823,93	R\$ 0,00	R\$ 85.530,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8904/2023	25/10/2023	25/10/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 59.347,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4946/2023	29/11/2023	29/11/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4864/2023	01/03/2023	01/03/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 791.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8855/2023	12/09/2023	12/09/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 150.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8775/2023	27/06/2023	27/06/2023	Alteração orçamentária	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00	R\$ 201.001,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8830/2023	25/08/2023	25/08/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 410.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8750/2023	10/05/2023	10/05/2023	Dispõe sobre abertura de crédito suplementar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4870/2023	16/03/2023	16/03/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 1.700.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8722/2023	31/03/2023	31/03/2023	Alteração orçamentária	R\$ 6.960,00	R\$ 0,00	R\$ 47.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4925/2023	04/10/2023	04/10/2023	Alteração orçamentária	R\$ 846.320,00	R\$ 3.606.250,00	R\$ 170.560,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4857/2023	15/02/2023	15/02/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 112.176,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

TIPO	NÚMERO	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA	FINALIDADE	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO
DECRETO MUNICIPAL	8937/2023	16/11/2023	16/11/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 141.910,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8746/2023	09/05/2023	09/05/2023	Alteração orçamentária	R\$ 40.260,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8999/2023	22/12/2023	22/12/2023	Adequação de saldos.	R\$ 32.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8921/2023	08/11/2023	08/11/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 409.500,00	R\$ 688.405,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8902/2023	23/10/2023	23/10/2023	Alteração orçamentária	R\$ 39.000,00	R\$ 17.910,80	R\$ 522.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8986/2023	18/12/2023	18/12/2023	Alteração orçamentária	R\$ 1.259.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8933/2023	14/11/2023	14/11/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 0,00	R\$ 1.070.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8956/2023	01/12/2023	01/12/2023	Alteração orçamentária	R\$ 436.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4953/2023	06/12/2023	06/12/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4938/2023	29/11/2023	29/11/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8916/2023	31/10/2023	31/10/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 25.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 372.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8681/2023	14/02/2023	14/02/2023	Suplementação de dotação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 217.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8891/2023	11/10/2023	11/10/2023	Alteração Orçamentária.	R\$ 43.000,00	R\$ 329.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8886/2023	06/10/2023	06/10/2023	Alteração orçamentária	R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8931/2023	10/11/2023	10/11/2023	Alteração orçamentária	R\$ 1.968.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8874/2023	28/09/2023	28/09/2023	Alteração orçamentária	R\$ 30.000,00	R\$ 204.650,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8777/2023	29/06/2023	29/06/2023	Alteração orçamentária	R\$ 270.000,00	R\$ 0,00	R\$ 222.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00
DECRETO MUNICIPAL	8692/2023	07/03/2023	07/03/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 523.460,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8957/2023	05/12/2023	05/12/2023	Alteração orçamentária	R\$ 502.990,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4886/2023	07/06/2023	07/06/2023	Suplementação de saldo de dotação.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8872/2023	28/09/2023	28/09/2023	REFORÇO DE ELEMENTOS DE DESPESA	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8797/2023	01/08/2023	01/08/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.388,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIZ HENRIQUE DA SILVA. Sistema e-TCE/SP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-HTTG-1A54-65YK-3J24

TIPO	NÚMERO	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA	FINALIDADE	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO
LEI MUNICIPAL	4839/2022	08/12/2022	08/12/2022	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00
DECRETO MUNICIPAL	8841/2023	06/09/2023	06/09/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 90.170,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8668/2023	31/01/2023	31/01/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.943,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4929/2023	08/11/2023	08/11/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.720.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4888/2023	14/06/2023	14/06/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 55.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 64.176,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8682/2023	16/02/2023	16/02/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 151.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8745/2023	03/05/2023	03/05/2023	Alteração Orçamentária.	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 894.497,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4911/2023	30/08/2023	30/08/2023	Alteração orçamentária	R\$ 70.000,00	R\$ 7.100.510,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.671.169,87	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4940/2023	29/11/2023	29/11/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 720.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8778/2023	29/06/2023	29/06/2023	Adequação de saldo de dotação.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8854/2023	11/09/2023	11/09/2023	Adequação de saldos.	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8719/2023	24/03/2023	24/03/2023	Adequação de saldos de dotações.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8857/2023	15/09/2023	15/09/2023	Alteração orçamentária	R\$ 17.314,00	R\$ 100.000,00	R\$ 171.227,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8670/2023	03/02/2023	03/02/2023	Abertura de creditos suplementares	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124.000,00
DECRETO MUNICIPAL	8650/2023	24/01/2023	24/01/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8838/2023	01/09/2023	01/09/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4881/2023	26/04/2023	26/04/2023	Alteração orçamentária	R\$ 68.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.953.258,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4893/2023	28/06/2023	28/06/2023	Adequação de dotações.	R\$ 6.648.000,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4903/2023	09/08/2023	09/08/2023	Alteração orçamentária	R\$ 385.020,00	R\$ 100.000,00	R\$ 3.062.234,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00
DECRETO MUNICIPAL	8786/2023	19/07/2023	19/07/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4904/2023	09/08/2023	09/08/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 0,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8674/2023	09/02/2023	09/02/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.460,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIZ HENRIQUE DA SILVA. Sistema e-TCE/SP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-HTTG-1A54-65YK-3J24

TIPO	NÚMERO	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA	FINALIDADE	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO
DECRETO MUNICIPAL	8840/2023	04/09/2023	04/09/2023	Adequação de saldos.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8801/2023	03/08/2023	03/08/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8987/2023	18/12/2023	18/12/2023	Alteração orçamentária	R\$ 802.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4874/2023	05/04/2023	05/04/2023	Alteração Orçamentária.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 110.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8908/2023	26/10/2023	26/10/2023	Adequação de saldo de dotações.	R\$ 498.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8826/2023	23/08/2023	23/08/2023	Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar.	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8899/2023	18/10/2023	18/10/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 21.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8924/2023	09/11/2023	09/11/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 5.500,00	R\$ 349.670,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4912/2023	30/08/2023	30/08/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 130.000,00	R\$ 1.400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8773/2023	22/06/2023	22/06/2023	Adequação de saldo de dotações	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8700/2023	10/03/2023	10/03/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 21.395,47	R\$ 30.490,03	R\$ 18.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	9006/2023	27/12/2023	27/12/2023	Alteração orçamentária	R\$ 1.121.594,04	R\$ 3.006.162,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8809/2023	10/08/2023	10/08/2023	Alteração orçamentária	R\$ 65.000,00	R\$ 0,00	R\$ 57.015,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8883/2023	04/10/2023	04/10/2023	Alteração orçamentária	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8913/2023	30/10/2023	30/10/2023	Adequação de saldos de dotações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8998/2023	22/12/2023	22/12/2023	Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.656.620,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8953/2023	29/11/2023	29/11/2023	Adequação de saldo de dotação.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 967.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4885/2023	24/05/2023	24/05/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 641.215,61	R\$ 2.138.943,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4815/2022	28/09/2022	28/09/2022	Alteração orçamentária.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.200,00
DECRETO MUNICIPAL	8914/2023	30/10/2023	30/10/2023	Alteração orçamentária	R\$ 139.161,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIZ HENRIQUE DA SILVA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 5-HTTG-1A54-65YK-3J24>

TIPO	NÚMERO	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA	FINALIDADE	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO
DECRETO MUNICIPAL	8995/2023	20/12/2023	20/12/2023	Alteração orçamentária	R\$ 353.950,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	9000/2023	22/12/2023	22/12/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 875.516,00	R\$ 537.484,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8789/2023	21/07/2023	21/07/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 117.000,00	R\$ 6.975,38	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8968/2023	07/12/2023	07/12/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 258.098,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8711/2023	23/03/2023	23/03/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 110.302,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8997/2023	21/12/2023	21/12/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 87.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4941/2023	29/11/2023	29/11/2023	Alteração orçamentária	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 110.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8725/2023	30/03/2023	30/03/2023	Adequação de saldo de dotações.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 157.379,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100,00
LEI MUNICIPAL	4865/2023	08/03/2023	08/03/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 420.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4932/2023	16/11/2023	16/11/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 2.242.773,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4895/2023	28/06/2023	28/06/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.005.000,00
DECRETO MUNICIPAL	8945/2023	22/11/2023	22/11/2023	Alteração orçamentária	R\$ 592.056,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8965/2023	07/12/2023	07/12/2023	Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 810.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4894/2023	28/06/2023	28/06/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.723.411,67	R\$ 250.000,00	R\$ 255.477,00	R\$ 144.734,90
LEI MUNICIPAL	4928/2023	08/11/2023	08/11/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 1.391.326,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8901/2023	20/10/2023	20/10/2023	Adequação de saldos de dotações.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8952/2023	29/11/2023	29/11/2023	Alteração orçamentária	R\$ 117.000,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8755/2023	18/05/2023	18/05/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 20.707,17	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4897/2023	12/07/2023	12/07/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8900/2023	20/10/2023	20/10/2023	Adequação de saldos de dotações.	R\$ 190.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8922/2023	08/11/2023	08/11/2023	Adequação de saldo de dotação.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.680,00

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIZ HENRIQUE DA SILVA. Sistema e-TCE/SP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-HTTG-1A54-65YK-3J24

TIPO	NÚMERO	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA	FINALIDADE	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO
DECRETO MUNICIPAL	8816/2023	16/08/2023	16/08/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 200.000,00	R\$ 235.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4872/2023	29/03/2023	29/03/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.925.470,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8737/2023	20/04/2023	20/04/2023	Alteração orçamentária	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4879/2023	12/04/2023	12/04/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 134.831,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00
DECRETO MUNICIPAL	8825/2023	21/08/2023	21/08/2023	Alteração orçamentária	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4850/2023	13/01/2023	13/01/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 1.705.700,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8949/2023	24/11/2023	24/11/2023	Alteração orçamentária.	R\$ 181.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4933/2023	16/11/2023	16/11/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 5.904.870,28	R\$ 1.328.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8707/2023	20/03/2023	20/03/2023	Alteração Orçamentária.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4875/2023	05/04/2023	05/04/2023	alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 721.484,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4913/2023	06/09/2023	06/09/2023	Alteração orçamentária	R\$ 500.000,00	R\$ 1.018.980,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8701/2023	13/03/2023	13/03/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 62.754,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8967/2023	07/12/2023	07/12/2023	Alteração orçamentária	R\$ 54.177,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8860/2023	15/09/2023	15/09/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 824.675,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4830/2022	10/11/2022	10/11/2022	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.734.414,27
DECRETO MUNICIPAL	8867/2023	21/09/2023	21/09/2023	Alteração orçamentária	R\$ 118.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8790/2023	21/07/2023	21/07/2023	Adequação de saldo de dotação.	R\$ 41.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8772/2023	15/06/2023	15/06/2023	Alteração orçamentária	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8738/2023	26/04/2023	26/04/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 395.239,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4856/2023	15/02/2023	15/02/2023	Alteração Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.864.369,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DECRETO MUNICIPAL	8760/2023	24/05/2023	24/05/2023	Alteração orçamentária	R\$ 125.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
LEI MUNICIPAL	4869/2023	16/03/2023	16/03/2023	Alteração orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009.507,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 358.786,92
DECRETO MUNICIPAL	8951/2023	27/11/2023	27/11/2023	Alteração orçamentária	R\$ 953.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

TIPO	NÚMERO	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA	FINALIDADE	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO	ANULAÇÃO	EXCESSO	SUPERÁVIT OP. DE CRÉDITO
LEI MUNICIPAL	4853/2023	08/02/2023	08/02/2023	Alteração orçamentária	R\$ 1.000.000,00	R\$ 4.543.629,11	R\$ 4.183.099,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 486.779,66



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 4.488, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Olímpia para o Exercício de 2020.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA, Prefeito Municipal da Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Olímpia para o exercício de 2020 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 277.612.693,87 (duzentos e setenta e sete milhões, seiscentos e doze mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos), sendo R\$ 198.599.715,64 (cento e noventa e oito milhões, quinhentos e noventa e nove mil, setecentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 79.012.978,23 (setenta e nove milhões, doze mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 231.207.493,87 (duzentos e trinta e um milhões, duzentos e sete mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 6.467.000,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil reais) e em R\$ 223.040.493,87 (duzentos vinte e três milhões, quarenta mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos) para o Poder Executivo, com reserva de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais).

§ 1º A receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	193.932.705,85
Receita Tributária	61.445.000,00
Receita de Contribuições	5.202.000,00
Receita Patrimonial	830.000,00
Receita de Serviços	10.000,00
Transferências Correntes	125.647.705,85
Outras Receitas Correntes	798.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	37.274.788,02
Operações de Crédito	8.060.000,00
Alienação de Bens	1.260.000,00
Transferências de Capital	27.954.788,02
TOTAL	231.207.493,87

§ 2º A despesa dos poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01.01 - Câmara Municipal	1.654.000,00
01.02 - Secretaria da Câmara	4.813.000,00
02.20 - Gabinete do Prefeito	500.000,00
02.21 - Controladoria Geral do Município	50.000,00
02.22 - Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento	659.000,00
02.23 - Secretaria Municipal de Governo	1.300.000,00
02.24 - Secretaria Municipal de Assistência Social	8.350.498,69
02.25 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	1.300.000,00
02.26 - Secretaria Municipal de Turismo	15.462.780,63
02.27 - Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio e Indústria	325.000,00
02.28 - Secretaria Municipal de Saúde	46.754.062,84
02.29 - Secretaria Municipal de Educação	62.805.911,79
02.30 - Secretaria Municipal de Finanças	12.700.000,00
02.31 - Secretaria Municipal de Administração	40.001.000,00
02.32 - Secretaria Municipal Obras, Engenharia e Infraestrutura	34.532.239,92
TOTAL	231.207.493,87

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - Legislativa	6.467.000,00
04 - Administração	43.996.135,50
06 - Segurança Pública	300.000,00
08 - Assistência Social	8.689.501,89
10 - Saúde	46.754.062,84
12 - Educação	54.185.911,79
13 - Cultura	811.796,80
15 - Urbanismo	48.987.920,55
16 - Habitação	18.000,00
20 - Agricultura	325.000,00
27 - Desporto e Lazer	1.318.300,00
28 - Encargos Especiais	17.653.864,50
99 - Reserva de Contingência	1.700.000,00
TOTAL	231.207.493,87

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000 - Encargos Especiais	17.653.864,50
0001 - Processo Legislativo	6.467.000,00

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIZ HENRIQUE DA SILVA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-HTTG-IA54-65YK-3J24

0002 - Gestão do Executivo	320.000,00
0003 - Corpo de Bombeiros	300.000,00
0004 - Finanças	3.160.549,00
0005 - Administração	30.186.586,50
0006 - Gerenciamento da Educação	2.903.249,62
0007 - Creches Municipais	8.075.764,72
0008 - Educação Infantil	3.669.978,53
0009 - Ensino Fundamental	12.113.918,92
0010 - Ensino de Outros Níveis	223.000,00
0011 - FUNDEB	27.200.000,00
0015 - Atenção Básica em Saúde	11.163.813,23
0016 - Assistência Médica Média e Alta Complexidade	20.094.855,33
0017 - Vigilância em Saúde	3.059.040,06
0018 - Assistência Farmacêutica	3.347.831,77
0019 - Gestão da Saúde	9.088.522,45
0020 - Proteção Social Básica	4.539.049,29
0021 - Proteção Social Especial	3.791.949,40
0034 - Agricultura	325.000,00
0036 - Manut. Projetos	180.000,00
0040 - Ações de Governo	1.000.000,00
0049 - Fundo Municipal do Idoso	1.500,00
0050 - Obras Municipais	34.532.239,92
0051 - Controle Interno	50.000,00
0060 - Apoio Administrativo	659.000,00
0061 - Esporte, Cultura e Lazer	1.300.000,00
0062 - Turismo	15.462.780,63
0063 - Habitação	18.000,00
0064 - Ações Escolares Auxiliares	8.620.000,00
0999 - Reserva de Contingência	1.700.000,00
TOTAL	231.207.493,87

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	178.954.120,23
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	80.201.936,46
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	10.146.993,44
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	576.900,00
3.2.91.00 - Juros e Encargos da Dívida Intra Orçamentária	7.100,00
*3.3.50.00 - Subvenções	6.156.106,64
*3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	81.187.283,69
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	677.800,00

4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	44.086.373,64
4.4.90.00 - Investimentos	41.824.922,64
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	1.775.736,60
4.6.91.00 - Amortização da Dívida Intra Orçamentária	485.714,40
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.700.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	6.467.000,00
TOTAL	231.207.493,87

* Alterações dadas pela Emenda Modificativa nº 45/2019.

DO ORÇAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE OLÍMPIA

Art. 3º O Orçamento da Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia para o Exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 27.848.200,00 (vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e duzentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 27.618.200,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e dezoito mil e duzentos reais), com uma reserva de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	25.828.500,00
Receita Tributária	13.800,00
Receita Patrimonial	400.000,00
Receita de Serviços	24.600.300,00
Outras Receitas Correntes	814.400,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00
Operações de Crédito	1.400.000,00
7. RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	619.700,00
TOTAL	27.848.200,00

§ 2º A despesa da Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída conforme segue:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
03.06 - Divisão Administrativa	3.920.999,87
03.07 - Divisão Técnica	7.415.499,17
03.08 - Divisão Comercial	2.166.644,79
03.09 - Divisão de Meio Ambiente e Desenv. Sustentável	2.888.344,21
03.10 - Divisão Operacional	11.456.711,96
TOTAL	27.848.200,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17 - Saneamento	27.384.200,00
28 - Encargos Especiais	234.000,00
99 - Reserva de Contingência	230.000,00
TOTAL	27.848.200,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0301 - Saneamento	27.618.200,00
0999 - Reserva de Contingência	230.000,00
TOTAL	27.848.200,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	25.937.200,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	6.193.569,78
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	888.278,47
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	18.854.351,75
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	1.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	1.681.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	1.680.000,00
4.4.91.00 - Investimentos Intra Orçamentária	1.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.000,00
TOTAL	27.848.200,00

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA

Art. 4º O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 18.557.000,00 (dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 14.883.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta e três mil reais), com uma reserva de R\$ 3.674.000,00 (três milhões e seiscentos e setenta e quatro mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	7.602.000,00
Receitas de Contribuições	5.444.000,00
Receita Patrimonial	2.158.000,00
7. RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	10.955.000,00
TOTAL	18.557.000,00

§ 2º A despesa do Instituto de Previdência será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04.02 - Previdência Municipal	18.557.000,00
TOTAL	18.557.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04 - Administração	1.128.000,00
09 - Previdência Social	13.755.000,00
99 - Reserva de Contingência	3.674.000,00
TOTAL	18.557.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0030 - Previdência Municipal	14.883.000,00
0999 - Reserva de Contingência	3.674.000,00
TOTAL	18.557.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	14.843.000,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	13.910.000,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	12.000,00
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	1.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	916.000,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	4.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	10.000,00
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	30.000,00
9.9.99.99 - Reserva de contingência - RPPS	3.674.000,00
TOTAL	18.557.000,00

Art. 5º O Município está autorizado, nos termos do art. 7.º da Lei Federal nº **4.320**/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, bem como realizar Remanejamento, Transposição e Transferência de recursos até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita estimada do orçamento, conforme legislação vigente.

Art. 6º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3.º, da Lei nº **4.320**/64 será realizada em cada fonte de recursos e códigos de aplicações identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8.º, parágrafo único e 50.º, I da LRF.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIZ HENRIQUE DA SILVA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-HTTG-IA54-65YK-3J24

Art. 7º Durante o exercício de 2020 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei, até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 8º Ficam convalidados os valores constantes deste Projeto de Lei nas peças de Planejamento Municipal PPA - Plano Plurianual e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2020.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor em 1.º de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 06 de novembro de 2019.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no setor competente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 06 de novembro de 2019.

CLEBER LUIS BRAGA
Supervisor de Expediente

RELATÓRIOS ANEXOS AO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL - LOA 2020
PPA - LDO
Anexo I - PPA - Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Anexo II - PPA - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Anexo III - PPA - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
Quadro de Detalhamento do PPA - Programas Governamentais
Anexo V - LDO - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos para o Exercício
Anexo VI - LDO - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
LOA
Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo Anexo 1 - LOA - Dem. Receita/Despesa - Categoria Econômica
Anexo 2 - LOA - Resumo Geral da Receita
Anexo 2 - LOA - Natureza da Despesa
Anexo 2 - LOA - Natureza da Despesa - Consolidação por Órgão
Anexo 2 - LOA - Natureza da Despesa - Consolidação Geral
Anexo 6 - LOA - Programa de Trabalho
Anexo 7 - LOA - Demonstrativo das Funções, Sub-funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais
Anexo 8 - LOA - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas conforme Vínculo com Recursos
Anexo 9 - LOA - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções
LOA - Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação
LOA - Plano de Aplicação (Geral)
LOA - Plano de Aplicação (Assistência Social)
LOA - Plano de Aplicação (Saúde)
LOA - Plano de Aplicação (Educação)
LOA - Plano de Aplicação (Desporto e Lazer)
LOA - Quadro de Detalhamento da Despesa
LOA - Tabela Explicativa da Evolução da Receita
LOA - Tabela Explicativa da Evolução da Despesa

LOA - Comparativo de Compatibilidade de Programas
LOA - Demonstrativo Aplicação no Ensino
LOA - Demonstrativo Aplicação em Saúde
LOA - QUADRO DE LEGISLAÇÃO DA RECEITA
LDO - Anexo de Riscos Fiscais - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
LDO - Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo I - Metas Anuais
LDO - Anexo de Metas Fiscais - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Download Anexo: Lei Ordinária Nº 4488 /2019 - Olímpia-SP
(www.leismunicipais.com<https://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/olimpia-sp/2019/anexo-lei-ordinaria-4488-2019-olimpia-sp-2.rar?X-Amz>)

Download Anexo: Lei Ordinária Nº 4488 /2019 - Olímpia-SP
(www.leismunicipais.com<https://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/olimpia-sp/2019/anexo-lei-ordinaria-4488-2019-olimpia-sp-1.pdf?X-Amz>)

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 11/11/2019

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIZ HENRIQUE DA SILVA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link Validar documento digital e informe o código do documento: 5-HTTG-IA54-65YK-3J24



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 4.565, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Olímpia para o Exercício de 2021.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA, Prefeito Municipal da Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Olímpia para o exercício de 2021 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 250.330.570,00 (duzentos e cinquenta milhões, trezentos e trinta mil e quinhentos e setenta reais), sendo R\$ 174.188.224,49 (cento e setenta e quatro milhões, cento e oitenta e oito mil, duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 76.142.345,51 (setenta e seis milhões, cento e quarenta e dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. No total a que alude o presente artigo está incluído o valor total de Receitas e Despesas da Administração Direta e Indireta:

	Receitas	Despesas
Prefeitura Municipal de Olímpia	203.563.070,00	192.848.070,00
Câmara Municipal de Olímpia	-	4.705.000,00
Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia	28.743.000,00	28.743.000,00
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Olímpia	18.024.500,00	24.034.500,00
Total	250.330.570,00	250.330.570,00

Art. 2º A diferença entre a Receita e a Despesa dos órgãos do Município refere-se as transferências financeiras que serão contabilizadas em conformidade com a Portaria 339 de 29.08.2001 da Secretaria do Tesouro Nacional.

DOS ORÇAMENTOS DA PREFEITURA E DA CÂMARA

Art. 3º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 203.563.070,00 (duzentos e três milhões, quinhentos e sessenta e três mil e setenta reais) e fixa a Despesa para a Câmara em R\$ 4.705.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinco mil reais) e em R\$ 192.848.070,00 (cento e noventa e dois milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e setenta reais) para a Prefeitura com reserva de contingência de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

§ 1º A receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
---------------	-------

1. RECEITAS CORRENTES	184.683.437,53
Receita Tributária	53.902.220,00
Receita de Contribuições	5.045.940,00
Receita Patrimonial	805.651,00
Receita de Serviços	9.700,00
Transferências Correntes	124.153.626,53
Outras Receitas Correntes	766.300,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	18.879.632,47
Alienação de Bens	1.000.000,00
Transferências de Capital	17.879.632,47
TOTAL	203.563.070,00

§ 2º A despesa da Prefeitura e da Câmara serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01.01 - Câmara Municipal	1.360.000,00
01.02 - Secretaria da Câmara	3.345.000,00
02.20 - Gabinete do Prefeito	432.000,00
02.21 - Controladoria Geral do Município	44.000,00
02.22 - Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento	609.000,00
02.23 - Secretaria Municipal de Governo	1.203.500,00
02.24 - Secretaria Municipal de Assistência Social	7.441.570,69
02.25 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	1.186.070,00
02.26 - Secretaria Municipal de Turismo	13.319.604,84
02.27 - Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio e Indústria	223.000,00
02.28 - Secretaria Municipal de Saúde	48.354.054,82
02.29 - Secretaria Municipal de Educação	62.377.495,51
02.30 - Secretaria Municipal de Finanças	9.792.500,00
02.31 - Secretaria Municipal de Administração	27.958.000,00
02.32 - Secretaria Municipal Obras, Engenharia e Infraestrutura	19.907.274,14
TOTAL	197.553.070,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - Legislativa	4.705.000,00

04 - Administração	39.047.500,00
06 - Segurança Pública	238.500,00
08 - Assistência Social	7.687.290,69
10 - Saúde	48.354.054,82
12 - Educação	54.171.495,51
13 - Cultura	752.350,00
15 - Urbanismo	32.336.278,98
16 - Habitação	18.000,00
20 - Agricultura	223.000,00
27 - Desporto e Lazer	1.180.600,00
28 - Encargos Especiais	7.339.000,00
99 - Reserva de Contingência	1.500.000,00
TOTAL	197.553.070,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000 - Encargos Especiais	7.339.000,00
0001 - Processo Legislativo	4.705.000,00
0002 - Gestão do Executivo	312.000,00
0003 - Corpo de Bombeiros	238.500,00
0004 - Finanças	973.500,00
0005 - Administração	27.938.000,00
0006 - Gerenciamento da Educação	2.868.500,00
0007 - Creches Municipais	6.869.649,49
0008 - Educação Infantil	2.745.000,00
0009 - Ensino Fundamental	12.517.450,32
0010 - Ensino de Outros Níveis	223.000,00
0011 - FUNDEB	28.947.895,70
0015 - Atenção Básica em Saúde	13.354.358,06
0016 - Assistência Médica Média e Alta Complexidade	21.406.515,88
0017 - Vigilância em Saúde	3.383.308,72
0018 - Assistência Farmacêutica	2.808.872,16
0019 - Gestão da Saúde	7.361.000,00
0020 - Proteção Social Básica	4.073.990,69
0021 - Proteção Social Especial	3.348.080,00
0034 - Agricultura	223.000,00

0036 - Manut. Projetos	120.000,00
0040 - Ações de Governo	965.000,00
0049 - Fundo Municipal do Idoso	1.500,00
0050 - Obras Municipais	19.907.274,14
0051 - Controle Interno	44.000,00
0060 - Apoio Administrativo	609.000,00
0061 - Esporte, Cultura e Lazer	1.186.070,00
0062 - Turismo	13.319.604,84
0063 - Habitação	18.000,00
0064 - Ações Escolares Auxiliares	8.206.000,00
0066 - Enfrent. da Emergência da Saúde Pública - Coronavírus	20.000,00
0067 - Recursos para o Combate ao Coronavírus	20.000,00
0999 - Reserva de Contingência	1.500.000,00
TOTAL	197.553.070,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	170.896.637,53
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	73.397.104,74
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	10.992.500,00
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	300.000,00
3.2.91.00 - Juros e Encargos da Dívida Intra Orçamentária	7.000,00
3.3.50.00 - Subvenções	6.889.502,84
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	78.759.029,95
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	551.500,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	25.156.432,47
4.4.90.00 - Investimentos	22.670.432,47
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	2.000.000,00
4.6.91.00 - Amortização da Dívida Intra Orçamentária	486.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00
TOTAL	197.553.070,00

DO ORÇAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE OLÍMPIA

Art. 4º O Orçamento da Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia para o Exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 28.743.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e três mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 28.743.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e quarenta e três mil reais), com uma reserva de contingência de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	24.604.550,00
Receita Tributária	13.110,00
Receita Patrimonial	380.000,00
Receita de Serviços	23.437.285,00
Outras Receitas Correntes	774.155,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.550.000,00
Operações de Crédito	3.550.000,00
7. RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	588.450,00
TOTAL	28.743.000,00

§ 2º A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída conforme segue:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
03.06 - Divisão Administrativa	3.432.000,00
03.07 - Divisão Técnica	9.205.900,00
03.08 - Divisão Comercial	2.568.500,00
03.09 - Divisão de Meio Ambiente e Desenv. Sustentável	2.449.200,00
03.10 - Divisão Operacional	11.087.400,00
TOTAL	28.743.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17 - Saneamento	28.308.000,00
28 - Encargos Especiais	235.000,00
99 - Reserva de Contingência	200.000,00
TOTAL	28.743.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0301 - Saneamento	28.543.000,00
0999 - Reserva de Contingência	200.000,00
TOTAL	28.743.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	23.952.000,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	5.211.000,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	723.000,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	18.013.000,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	5.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	4.591.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	4.586.000,00
4.4.91.00 - Investimentos Intra Orçamentária	5.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
TOTAL	28.743.000,00

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA

Art. 5º O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia para o exercício de 2021 estima a Receita em R\$ 18.024.500,00 (dezoito milhões, vinte e quatro mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 24.034.500,00 (vinte e quatro milhões, trinta e quatro mil e quinhentos reais), com uma reserva de contingência de R\$ 2.972.500,00 (dois milhões, novecentos e setenta e dois mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	5.805.600,00
Receitas de Contribuições	5.775.600,00
Receita Patrimonial	25.000,00
Outras Receitas Correntes	5.000,00
7. RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	12.218.900,00
TOTAL	18.024.500,00

§ 2º A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04.02 - Previdência Municipal	24.034.500,00
TOTAL	24.034.500,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04 - Administração	982.000,00
09 - Previdência Social	20.080.000,00
99 - Reserva de Contingência	2.972.500,00
TOTAL	24.034.500,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0030 - Previdência Municipal	21.062.000,00
0999 - Reserva de Contingência	2.972.500,00
TOTAL	24.034.500,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	21.032.000,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	20.230.000,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	6.900,00
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	9.600,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	783.500,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	2.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	10.000,00
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	20.000,00
9.9.99.99 - Reserva de contingência - RPPS	2.972.500,00
TOTAL	24.034.500,00

Art. 6º Fica a Prefeitura autorizada a efetuar transferências financeiras para a Câmara de Vereadores e para os órgãos da Administração Indireta.

Art. 7º O Município está autorizado, nos termos do art. 7.º da Lei Federal nº **4.320**/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, bem como realizar Remanejamento, Transposição e Transferência de recursos até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita estimada do orçamento, conforme legislação vigente.

Art. 8º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3.º, da Lei nº **4.320**/64 será realizada em cada fonte de recursos e códigos de aplicações identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8.º, parágrafo único e 50.º, I da LRF.

Art. 9º Durante o exercício de 2021 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei, até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 10. Ficam convalidados os valores constantes deste Projeto de Lei nas peças de Planejamento Municipal PPA - Plano Plurianual e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2021.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1.º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 09 de dezembro de 2020.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no setor competente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 09 de dezembro de 2020.

CLÉBER LUIS BRAGA

Supervisor de Expediente

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 15/12/2020



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 4.674, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Olímpia para o Exercício de 2022.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA, Prefeito Municipal da Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Olímpia para o exercício de 2022 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 310.066.273,74 (trezentos e dez milhões, sessenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos), sendo R\$ 231.026.989,37 (duzentos e trinta e um milhões, vinte e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 79.039.284,37 (setenta e nove milhões, trinta e nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. No total a que alude o presente artigo está incluído o valor total de Receitas e Despesas da Administração Direta e Indireta:

	Receitas	Despesas
Prefeitura Municipal de Olímpia	260.075.402,85	246.838.507,85
Câmara Municipal de Olímpia	-	6.936.895,00
Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia	31.268.570,89	31.268.570,89
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Olímpia	18.722.300,00	25.022.300,00
TOTAL	310.066.273,74	310.066.273,74

Art. 2º A diferença entre a Receita e a Despesa dos órgãos do Município refere-se as transferências financeiras que serão contabilizadas em conformidade com a Portaria **339** de 29.08.2001 da Secretaria do Tesouro Nacional.

DOS ORÇAMENTOS DA PREFEITURA E DA CÂMARA

Art. 3º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2022 estima a Receita em R\$ 260.075.402,85 (duzentos e sessenta milhões, setenta e cinco mil, quatrocentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) e fixa a Despesa para a Câmara em R\$ 6.936.895,00 (seis milhões novecentos e trinta e seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais) e em R\$ 246.838.507,85 (duzentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e sete reais e oitenta e cinco centavos) para a Prefeitura com reserva de contingência de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

§ 1º A receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	208.381.619,19
Receita Tributária	59.008.820,00
Receita de Contribuições	4.206.665,00
Receita Patrimonial	935.605,00
Receita de Serviços	4.480,00
Transferências Correntes	143.437.889,19
Outras Receitas Correntes	788.160,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	51.693.783,66
Alienação de Bens	5.120.000,00
Transferências de Capital	19.163.968,66
Operações de Crédito	27.409.815,00
TOTAL	260.075.402,85

§ 2º A despesa da Prefeitura e da Câmara serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01.01 - Corpo Legislativo	3.233.625,00
01.02 - Secretaria da Câmara	3.703.270,00
02.01 - Gabinete do Prefeito	1.705.500,00
02.02 - Controladoria Geral do Município	65.800,00
02.03 - Secretaria Municipal de Governo	1.600.000,00
02.04 - Secretaria Municipal de Assistência Social	8.237.179,09
02.05 - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	412.770,00
02.06 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	15.152.112,66
02.07 - Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio e Indústria	232.000,00
02.08 - Secretaria Municipal de Saúde	49.378.320,00
02.09 - Secretaria Municipal de Educação	69.994.695,10
02.10 - Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	15.641.960,00
02.11 - Secretaria Municipal de Administração	34.987.000,00
02.12 - Secretaria Municipal Obras, Engenharia e Infraestrutura	37.818.171,00
02.13 - Secretaria Municipal de Zeladoria e Meio Ambiente	11.613.000,00
TOTAL	253.775.402,85

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - Legislativa	6.936.895,00
04 - Administração	56.895.260,00
06 - Segurança Pública	830.000,00
08 - Assistência Social	8.437.679,09
10 - Saúde	49.378.320,00
12 - Educação	63.141.695,10
13 - Cultura	780.000,00
15 - Urbanismo	51.226.783,66
18 - Gestão Ambiental	1.994.000,00
20 - Agricultura	180.000,00
23 - Comércio e Serviços	52.000,00
24 - Comunicações	1.270.000,00
27 - Desporto e Lazer	1.255.770,00
28 - Encargos Especiais	9.897.000,00
99 - Reserva de Contingência	1.500.000,00
TOTAL	253.775.402,85

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000 - Encargos do Município	9.875.000,00
0001 - Processo Legislativo	6.936.895,00
0002 - Atividades de Comunicação	1.270.000,00
0003 - Gestão do Executivo	355.500,00
0004 - Controle Interno	65.800,00
0005 - Apoio Administrativo	1.300.000,00
0006 - Corpo de Bombeiros	300.000,00
0007 - Programa de Proteção Social Básica	4.207.773,09
0008 - Programa de Proteção Social Especial	4.027.906,00
0010 - Fundo Municipal do Idoso	1.500,00
0011 - Esporte, Lazer e Juventude	412.770,00
0012 - Cultura	903.500,00
0013 - Turismo	14.248.612,66
0014 - Agricultura, Comércio e Indústria	232.000,00
0015 - Atenção Básica em Saúde	15.146.478,36
0016 - Assistência Médica Média e Alta Complexidade	21.326.916,96

0017 - Vigilância em Saúde	3.190.447,24
0018 - Assistência Farmacêutica	2.718.872,16
0019 - Gestão da Saúde	6.995.605,28
0020 - Gerenciamento da Educação	2.705.000,00
0021 - Ações Escolares Auxiliar	6.853.000,00
0022 - Creches Municipais	8.217.974,00
0023 - Educação Infantil	3.655.427,00
0024 - Ensino Fundamental	14.865.614,10
0025 - Ensino de Outros Níveis	262.380,00
0026 - FUNDEB	33.435.300,00
0027 - Fundo Social de Solidariedade	80.000,00
0028 - Finanças	4.266.960,00
0029 - Administração	34.987.000,00
0031 - Projetos e Obras Públicas	36.053.171,00
0032 - Manutenção de Vias e Edificações	1.765.000,00
0033 - Ações de Zeladoria	9.619.000,00
0034 - Ações de Meio Ambiente	1.994.000,00
0999 - Reserva de Contingência	1.500.000,00
TOTAL	253.775.402,85

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	194.188.081,19
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	82.156.124,36
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	10.715.282,00
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	1.488.000,00
3.2.91.00 - Juros e Encargos da Dívida Intra Orçamentária	12.000,00
3.3.50.00 - Subvenções	7.148.420,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	92.093.056,83
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	575.198,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	58.087.321,66
4.4.90.00 - Investimentos	54.917.321,66
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	2.560.000,00
4.6.91.00 - Amortização da Dívida Intra Orçamentária	610.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00
TOTAL	253.775.402,85

DO ORÇAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE OLÍMPIA

Art. 4º O Orçamento da Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia para o Exercício de 2022 estima a Receita em R\$ 31.268.570,89 (trinta e um milhões, duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e nove centavos) e fixa a Despesa em R\$ 31.268.570,89 (trinta e um milhões, duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e nove centavos), com uma reserva de contingência de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	24.140.194,29
Receita Patrimonial	280.000,00
Receita de Serviços	23.312.349,29
Transferências Correntes	530.000,00
Outras Receitas Correntes	17.845,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	6.250.000,00
Operações de Crédito	5.150.000,00
Alienação de Bens	1.100.000,00
7. RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	878.376,60
TOTAL	31.268.570,89

§ 2º A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída conforme segue:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
03.01 - Divisão Administrativo Financeiro	1.969.000,00
03.02 - Divisão de Recursos Humanos	5.745.760,00
03.03 - Divisão Comercial	2.260.080,00
03.04 - Divisão de Planejamento	9.846.000,00
03.05 - Divisão Manutenção e Abastecimento	11.447.730,89
TOTAL	31.268.570,89

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17 - Saneamento	30.813.570,89
28 - Encargos Especiais	255.000,00
99 - Reserva de Contingência	200.000,00

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIZ HENRIQUE DA SILVA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-HTTG-IA54-65YK-3J24

TOTAL	31.268.570,89
-------	---------------

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0301 - Saneamento	31.068.570,89
0999 - Reserva de Contingência	200.000,00
TOTAL	31.268.570,89

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	24.918.570,89
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	4.700.500,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	535.500,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	19.682.570,89
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	6.150.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	6.145.000,00
4.4.91.00 - Investimentos Intra Orçamentária	5.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
TOTAL	31.268.570,89

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA

Art. 5º O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia para o exercício de 2022 estima a Receita em R\$ 18.722.300,00 (dezoito milhões, setecentos e vinte e dois mil e trezentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 25.022.300,00 (vinte e cinco milhões, vinte e dois mil e trezentos reais), com uma reserva de contingência de R\$ 2.800.900,00 (dois milhões oitocentos mil e novecentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	6.026.300,00
Receitas de Contribuições	5.996.100,00
Receita Patrimonial	25.000,00
Outras Receitas Correntes	5.200,00
7. RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	12.696.000,00
TOTAL	18.722.300,00

§ 2º A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04.01 - Previdência Municipal	25.022.300,00
TOTAL	25.022.300,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09 - Previdência Social	22.221.400,00
99 - Reserva de Contingência	2.800.900,00
TOTAL	25.022.300,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0030 - Previdência Municipal	22.221.400,00
0999 - Reserva de Contingência	2.800.900,00
TOTAL	25.022.300,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	22.191.400,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	21.367.600,00
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	9.900,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	811.800,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	2.100,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	10.000,00
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	20.000,00
9.9.99.99 - Reserva de contingência - RPPS	2.800.900,00
TOTAL	25.022.300,00

Art. 6º Fica a Prefeitura autorizada a efetuar transferências financeiras para a Câmara de Vereadores e para os órgãos da Administração Indireta.

Art. 7º O Município está autorizado, nos termos do art. 7.º da Lei Federal nº **4.320/1964**, a abrir créditos adicionais suplementares, bem como realizar Remanejamento, Transposição e Transferência de recursos até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita estimada do orçamento, conforme legislação vigente.

Art. 8º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3.º, da Lei nº **4.320**/64 será realizada em cada fonte de recursos e códigos de aplicações identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8.º, parágrafo único e 50.º, I da LRF.

Art. 9º Durante o exercício de 2022 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 10. Ficam convalidados os valores constantes deste Projeto de Lei nas peças de Planejamento Municipal PPA - Plano Plurianual e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2022.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1.º de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 27 de outubro de 2021.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no setor competente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 27 de outubro de 2021.

CLÉBER LUÍS BRAGA

Supervisor de Expediente

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 08/11/2021



LEI Nº 4.832, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Olímpia para o Exercício de 2023.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA, Prefeito Municipal da Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Olímpia para o exercício de 2023 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 358.486.117,84 (trezentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e dezessete reais e oitenta e quatro centavos), sendo R\$ 261.207.827,21 (duzentos e sessenta e um milhões, duzentos e sete mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 97.278.290,63 (noventa e sete milhões, duzentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa reais e sessenta e três centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. No total a que alude o presente artigo está incluído o valor total de Receitas e Despesas da Administração Direta e Indireta:

	Receitas	Despesas
Prefeitura Municipal de Olímpia	303.898.167,84	287.663.837,84
Câmara Municipal de Olímpia	-	9.616.330,00
Superintendência de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Olímpia	33.743.550,00	33.743.550,00
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Olímpia	20.844.400,00	27.462.400,00
TOTAL	358.486.117,84	358.486.117,84

Art. 2º A diferença entre a Receita e a Despesa dos órgãos do Município refere-se as transferências financeiras que serão contabilizadas em conformidade com a Portaria 339 de 29.08.2001 da Secretaria do Tesouro Nacional.

DOS ORÇAMENTOS DA PREFEITURA E DA CÂMARA

Art. 3º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2023 estima a Receita em R\$ 303.898.167,84 (trezentos e três milhões, oitocentos e noventa e oito mil, cento e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) e fixa a Despesa para a Câmara em R\$ 9.616.330,00 (nove milhões, seiscentos e dezesseis mil e trezentos e trinta reais) e em R\$ 287.663.837,84 (duzentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos) para a Prefeitura com reserva de contingência de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

§ 1º A receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	271.602.694,03
Receita Tributária	81.009.100,00
Receita de Contribuições	5.449.000,00
Receita Patrimonial	5.000.350,00
Receita de Serviços	156.200,00
Transferências Correntes	178.938.644,03
Outras Receitas Correntes	1.049.400,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	32.295.473,81
Alienação de Bens	2.100.000,00
Transferências de Capital	10.695.473,81
Operações de Crédito	19.500.000,00
TOTAL	303.898.167,84

§ 2º A despesa da Prefeitura e da Câmara serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01.01 - Corpo Legislativo	3.551.000,00
01.02 - Secretaria da Câmara	6.065.330,00
02.01 - Gabinete do Prefeito	1.824.000,00
02.02 - Controladoria Geral do Município	75.000,00
02.03 - Secretaria Municipal de Governo	1.431.000,00
02.04 - Secretaria Municipal de Assistência Social	10.042.361,09
02.05 - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	1.326.432,50
02.06 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	13.373.409,14
02.07 - Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio e Indústria	345.000,00
02.08 - Secretaria Municipal de Saúde	60.793.567,89
02.09 - Secretaria Municipal de Educação	87.472.825,06
02.10 - Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	16.867.000,00
02.11 - Secretaria Municipal de Administração	41.414.764,23
02.12 - Secretaria Municipal Obras, Engenharia e Infraestrutura	32.369.477,93
02.13 - Secretaria Municipal de Zedadoria e Meio Ambiente	13.454.000,00
02.14 - Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana	6.875.000,00
TOTAL	297.280.167,84

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 - Legislativa	9.616.330,00
04 - Administração	71.817.824,23
06 - Segurança Pública	1.712.000,00
08 - Assistência Social	10.242.861,09
10 - Saúde	60.793.567,89
12 - Educação	78.924.765,06
13 - Cultura	5.575.000,00
15 - Urbanismo	39.202.387,07
18 - Gestão Ambiental	2.263.000,00
20 - Agricultura	225.000,00
23 - Comércio e Serviços	120.000,00
24 - Comunicações	1.316.000,00
27 - Desporto e Lazer	2.171.432,50
28 - Encargos Especiais	11.800.000,00
99 - Reserva de Contingência	1.500.000,00
TOTAL	297.280.167,84

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000 - Encargos do Município	11.775.000,00
0001 - Processo Legislativo	9.616.330,00
0002 - Atividades de Comunicação	1.316.000,00
0003 - Gestão do Executivo	428.000,00
0004 - Controle Interno	75.000,00
0005 - Apoio Administrativo	1.074.000,00
0006 - Corpo de Bombeiros	357.000,00
0007 - Programa de Proteção Social Básica	4.609.049,09
0008 - Programa de Proteção Social Especial	5.431.812,00
0010 - Fundo Municipal do Idoso	1.500,00
0011 - Esporte, Lazer e Juventude	1.326.432,50
0012 - Cultura	5.698.500,00
0013 - Turismo	7.674.909,14
0014 - Agricultura, Comércio e Indústria	345.000,00
0015 - Atenção Básica em Saúde	13.729.923,34

0016 - Assistência Médica Média e Alta Complexidade	23.589.592,78
0017 - Vigilância em Saúde	4.712.324,37
0018 - Assistência Farmacêutica	3.352.367,40
0019 - Gestão da Saúde	15.404.360,00
0020 - Gerenciamento da Educação	3.592.265,00
0021 - Ações Escolares Auxiliar	8.548.060,00
0022 - Creches Municipais	12.245.642,00
0023 - Educação Infantil	4.769.404,10
0024 - Ensino Fundamental	16.315.879,46
0025 - Ensino de Outros Níveis	7.574,50
0026 - FUNDEB	41.994.000,00
0027 - Fundo Social de Solidariedade	80.000,00
0028 - Finanças	3.592.000,00
0029 - Administração	41.414.764,23
0031 - Projetos e Obras Públicas	28.339.477,93
0032 - Manutenção de Vias e Edificações	4.030.000,00
0033 - Ações de Zeladoria	11.191.000,00
0034 - Ações de Meio Ambiente	2.263.000,00
0037 - Enfrentamento covid	5.000,00
0038 - Segurança Pública	1.355.000,00
0039 - Trânsito e Mobilidade Urbana	5.520.000,00
0999 - Reserva de Contingência	1.500.000,00
TOTAL	297.280.167,84

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	250.713.980,77
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	97.607.995,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	12.752.100,00
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	3.500.000,00
3.2.91.00 - Juros e Encargos da Dívida Intra Orçamentária	15.000,00
3.3.50.00 - Subvenções	9.298.892,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	126.447.993,77
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	1.092.000,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	45.066.187,07
4.4.50.00 - Transf. Instituições Privadas SFL	1.000,00

4.4.90.00 - Investimentos	40.125.187,07
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	4.330.000,00
4.6.91.00 - Amortização da Dívida Intra Orçamentária	610.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00
TOTAL	297.280.167,84

DO ORÇAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE OLÍMPIA

Art. 4º O Orçamento da Superintendência de Água e Esgoto da Estância Turística do Município de Olímpia para o Exercício de 2023 estima a Receita em R\$ 33.743.550,00 (trinta e três milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 33.743.550,00 (trinta e três milhões, setecentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais), com uma reserva de contingência de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas discriminadas no quadro anexo, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	32.512.732,40
Receita Patrimonial	690.000,00
Receita de Serviços	31.797.232,40
Outras Receitas Correntes	25.500,00
7. RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	1.230.817,60
TOTAL	33.743.550,00

§ 2º A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza econômica, distribuída conforme segue:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
03.01 - Divisão Administrativo Financeiro	2.542.590,00
03.02 - Divisão de Recursos Humanos	6.461.450,00
03.03 - Divisão Comercial	2.731.340,00
03.04 - Divisão de Planejamento	4.663.300,00
03.05 - Divisão Manutenção e Abastecimento	17.344.870,00
TOTAL	33.743.550,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17 - Saneamento	33.193.550,00
28 - Encargos Especiais	350.000,00

99 - Reserva de Contingência	200.000,00
TOTAL	33.743.550,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0301 - Saneamento	33.543.550,00
0999 - Reserva de Contingência	200.000,00
TOTAL	33.743.550,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	30.008.930,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	5.273.600,00
3.1.91.00 - Pessoal e Encargos Sociais Intra Orçamentária	546.900,00
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	23.978.350,00
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	210.080,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	3.534.620,00
4.4.90.00 - Investimentos	3.529.620,00
4.4.91.00 - Investimentos Intra Orçamentária	5.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
TOTAL	33.743.550,00

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA

Art. 5º O Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia para o exercício de 2023 estima a Receita em R\$ 20.844.400,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 27.462.400,00 (vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e quatrocentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminadas no quadro anexo, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	7.540.100,00
Receitas de Contribuições	7.334.900,00
Receita Patrimonial	200.000,00
Outras Receitas Correntes	5.200,00
7. RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS	13.304.300,00
TOTAL	20.844.400,00

§ 2º A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04.01 - Previdência Municipal	27.462.400,00
TOTAL	27.462.400,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09 - Previdência Social	27.462.400,00
TOTAL	27.462.400,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0302 - Previdência Municipal	27.462.400,00
TOTAL	27.462.400,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	27.400.400,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	26.462.261,65
3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	879.588,35
3.3.91.00 - Outras Despesas Correntes Intra Orçamentária	58.550,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	62.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	10.000,00
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	52.000,00
TOTAL	27.462.400,00

Art. 6º Fica a Prefeitura autorizada a efetuar transferências financeiras para a Câmara de Vereadores e para os órgãos da Administração Indireta.

Art. 7º O Município está autorizado, nos termos do art. 7.º da Lei Federal nº **4.320**/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, bem como realizar Remanejamento, Transposição e Transferência de recursos até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita estimada do orçamento, conforme legislação vigente.

Art. 8º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3.º, da Lei nº **4.320**/64 será realizada em cada fonte de recursos e códigos de aplicações identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8.º, parágrafo único e 50.º, I da LRF.

Art. 9º Durante o exercício de 2023 o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 10. Ficam convalidados os valores constantes deste Projeto de Lei nas peças de Planejamento Municipal PPA - Plano Plurianual e LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2023.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1.º de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 09 de novembro de 2022.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no setor competente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 09 de novembro de 2022.

CLÉBER LUÍS BRAGA
Supervisor de Expediente

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 17/11/2022



LEI Nº 4.793, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA, Prefeito Municipal da Estância Turística de Olímpia, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2023, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária e dispõe sobre assuntos determinados pela Lei Complementar Federal nº **101**, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Integram a presente lei os seguintes anexos:

- Anexo de Riscos Fiscais, contendo o demonstrativo de riscos fiscais e providências a serem tomadas;
- Anexo de Metas Fiscais, contendo os demonstrativos:

Demonstrativo I - Metas Anuais;

Demonstrativo II - Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior;

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, e a memória e metodologia de cálculo das fontes de receita e despesa;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação dos ativos;

Demonstrativo VI - Avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, com projeção atuarial;

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

- Anexo V - Descrição dos programas governamentais, prioridades, metas e custos para o exercício;
- Anexo VI - Unidades Executoras e ações voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.

Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia	10.061.532,00
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia	217.134.944,00
Superintendência de Água e Esgoto da Estância Turística de Olímpia	29.290.000,00
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Olímpia	26.082.000,00

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIZ HENRIQUE DA SILVA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 5-HTTG-IA54-65YK-3J24

TOTAL	282.568.476,00
-------	----------------

Art. 2º As metas físicas e custos financeiros estabelecidos no Plano Plurianual, para o exercício de 2023, poderão ser aumentadas ou diminuídas no Anexo V e Anexo VI do parágrafo anterior a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas, bem como atender as necessidades da população.

Parágrafo único. Se durante a execução orçamentária ocorrer quaisquer alterações no orçamento que importem em retificação nas metas ou custo dos programas estabelecidos no PPA e nesta Lei, bem como, em razão da abertura de créditos adicionais, a Administração deverá, na forma estabelecida pelo Projeto Audesp - Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, informar as modificações nas peças de planejamento nos prazos estabelecidos nas Instruções Normativas do TCE-SP.

Art. 3º A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e órgãos da administração direta e indireta, observando-se os seguintes objetivos:

- I - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
- II - promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
- III - reestruturar e reorganizar os serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;
- IV - melhorar a infraestrutura urbana;
- V - oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, através do Sistema Único de Saúde;
- VI - garantir a gestão dos recursos públicos;
- VII - exercer o equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;
- VIII - promover ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Parágrafo único. As metas e prioridades da administração pública municipal devem estar em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Art. 4º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta lei, ao artigo 165, §§ 5º, 6º, 7º e 8º, da Constituição Federal, à Lei Federal nº **4.320**, de 17 de março de 1964, assim como à Lei Complementar nº **101**, de 04 de maio de 2000 e obedecendo dentre outros o princípio da transparência e o equilíbrio entre receitas e despesas para cada fonte de recurso, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e órgãos da administração direta e indireta.

§ 1º A lei orçamentária anual compreenderá:

- I - o orçamento fiscal;
- II - o orçamento da seguridade social.

§ 2º Na programação das despesas, não poderão ser fixadas despesas sem definição das fontes de recursos.

§ 3º Na execução do orçamento deverá ser indicada, em cada rubrica de receita e em cada dotação de despesa a fonte de recurso, bem como o código de aplicação.

§ 4º É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 5º A Câmara Municipal, bem como os Fundos e os órgãos de Administração Indireta deverão enviar suas propostas ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo de encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária Anual ao Legislativo.

Art. 6º A proposta orçamentária para o ano de 2023, conterá as metas e prioridades estabelecidas no Anexo V que integra esta lei e ainda as seguintes disposições:

I - as unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, consideradas as suplementações, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados;

II - na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

III - as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em junho de 2022, observando a tendência de inflação projetada no PPA;

IV - somente poderão ser incluídos novos projetos, desde que devidamente atendidos aqueles em andamento, bem como após contemplar as despesas de conservação do patrimônio público;

V - as despesas serão fixadas no mínimo por elemento, obedecendo as codificações da Portaria nº 163/2001 e o artigo 15, da Lei nº 4320/1964;

VI - não poderá prever como receitas de operações de crédito montante que seja superior ao das despesas de capital;

VII - os recursos legalmente vinculados a finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Parágrafo único. Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

Art. 7º Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, deverão os Poderes Executivo e Legislativo por decreto e ato da mesa, respectivamente, determinar a limitação de empenho, objetivando assegurar o equilíbrio entre a receita e a despesa.
dedddddd

§ 1º A limitação de que trata este artigo será determinada por unidades orçamentárias e terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as elencadas abaixo:

I - alimentação escolar;

II - atenção à saúde da população;

III - pessoal e encargos sociais;

IV - preservação do Patrimônio Público, conforme prevê o disposto no Art. 45, da Lei Complementar nº 101/2000;

V - sentenças judiciais;

VI - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

VII - inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Art. 8º Até trinta dias após a publicação do orçamento, os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e órgãos da administração direta e indireta, deverão publicar a programação financeira da receita e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º As receitas, conforme as previsões respectivas, serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º A programação financeira da receita e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 9º Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, que importem em renúncia de receita, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e objeto de estudo do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Parágrafo único. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 10. Os Poderes Executivo e Legislativo poderão encaminhar projeto de lei e/ou de resolução visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

I - a concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

II - a criação, aumento e a extinção de cargos ou empregos públicos, bem como a criação e alteração de estrutura de carreira;

III - o provimento de cargos ou empregos e contratações de emergências estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - a revisão do regime jurídico dos servidores.

Parágrafo único. As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 11. O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com os onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o percentual de 60% apurado sobre a receita corrente líquida de igual período.

§ 1º O limite de que trata este artigo não poderá ultrapassar o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 2º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o "caput" deste artigo;

IV - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

V - das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.

§ 3º O Executivo adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas de pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº **101**/2000:

I - redução de vantagens concedidas a servidores;

II - redução ou eliminação das despesas com horas-extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargos ou empregos em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 12. No exercício de 2023 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos nos incisos I e II do parágrafo primeiro do artigo anterior desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, devidamente comprovada.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviços extraordinários no âmbito do Poder Executivo nas condições estabelecidas no "caput" deste artigo, é de exclusiva competência do Ordenador da Despesa.

Art. 13. Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela ação cujo montante não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº **8.666** de 1993, alterada pela Lei nº **9.648** de 1998 e Lei nº **14.133** de 2021.

Art. 14. O Poder Executivo poderá submeter ao Legislativo, projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções, inclusive com relação a progressividade do IPTU, e/ou instituir taxas e contribuições criadas por legislação federal;

II - revisão das isenções tributárias que contrariem o Interesse público e a justiça fiscal;

III - revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV - atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII - incentivo ao pagamento dos tributos em atraso, com renúncia de multas e/ou juros de mora;

VIII - utilizar o processo extrajudicial de cobrança de Dívida Ativa para protesto em cartório, bem como a inserção do nome do devedor em cadastros de órgãos de proteção ao crédito.

Art. 15. A lei orçamentária anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência será de no mínimo 0,90% da Receita Corrente Líquida e será identificada pelo código 9.9.99.99.00.

§ 2º Caso a reserva de contingência não seja utilizada até 31 de outubro de 2023 para os fins de que trata o caput deste artigo, poderá constituir-se em recurso para abertura de outros créditos adicionais.

Art. 16. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

I - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

II - contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos;

III - abrir créditos adicionais suplementares, bem como realizar Remanejamento, Transposição e Transferência de recursos até o limite de 15% (quinze por cento) da Receita estimada do orçamento, nos termos da legislação vigente, sem prévia autorização legislativa.

Parágrafo único. Estão excluídos do limite imposto no inciso III deste artigo os créditos adicionais suplementares, especiais, remanejamentos, transposições e transferências autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 17. Os Projetos de Lei e Decretos referentes a alterações orçamentárias da Administração Direta e Indireta deverão ser previamente autorizados e encaminhados à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, para que a mesma proceda com os trâmites legais e realize o acompanhamento dos índices de acordo com a legislação vigente.

Art. 18. Os repasses mensais de recursos ao Poder Legislativo serão estabelecidos de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, obedecendo-se às disposições contidas na Emenda Constitucional nº **25**, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 19. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, auxílios e contribuições, nos termos do artigo 16 da Lei nº **4320** de 1964 e da Lei nº **13.019** de 2014, as instituições sem fins lucrativos, que prestem serviços nas áreas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de saúde, de cooperação técnica e voltados para o fortalecimento do associativismo municipal, dependerá no mínimo de autorização legislativa e será calculada com base em unidade de serviços prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos estatutários de sua criação, e deverão prestar contas de acordo com a Instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dependerá de:

I - previsão orçamentária;

II - identificação do beneficiário e do valor a ser transferido no respectivo Termo de Fomento/Colaboração ou instrumento congênere; execução na modalidade de aplicação 50 - entidade privada sem fins lucrativos;

III - justificativa, elaborada pelo órgão concedente, para firmar o Termo de Fomento/Colaboração ou instrumento da parceria, contendo dentre outros o critério de escolha da organização da sociedade civil/entidade parceira e as atividades a serem executadas;

IV - plano de trabalho devidamente aprovado pelo secretário responsável contendo os cronogramas de execução, aplicação e desembolso;

V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação;

VI - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular no último ano, por meio de inscrição no CNPJ e declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária assinada pelo presidente responsável, sob as penas da lei, ambos emitidos na data da proposição do Termo de Fomento/Colaboração ou instrumento da parceria;

VII - escrituração contábil regular da organização da sociedade civil/conveniada.

Art. 20. A demonstração da situação de regularidade deverá ser feita, quando da assinatura do Termo de Fomento/Colaboração ou instrumento da parceria.

Parágrafo único. O concedente comunicará à organização da sociedade civil/ entidade parceira qualquer situação de não regularidade relativa à prestação de contas do Termo de Fomento/Colaboração/Instrumento de Parceria ou outras pendências de ordem técnica ou legal que motivem a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de subvenção, auxílios ou contribuições para fins de regularização.

Art. 21. Os empenhos da despesa, referentes a transferências, serão feitos, obrigatoriamente, em nome da entidade conveniente.

Art. 22. Toda movimentação de recursos, por parte de entidade parceira, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública;

II - os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

III - toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, sendo que os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. Quando demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie.

Art. 23. O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados, do Distrito Federal e da União, somente poderá ser realizado:

I - caso se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

II - se houver expressa autorização em lei específica, detalhando o seu objeto;

III - sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento da parceria;

IV - se houver previsão na lei orçamentária.

Art. 24. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridades sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 26. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação.

Art. 27. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência financeira.

Art. 28. O Município aplicará na Manutenção e Desenvolvimento do ensino público, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências, nos termos do Artigo 212 da Constituição Federal e nos limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 29.

Art. 29. O Município aplicará na Saúde, no mínimo 15% (quinze por cento) das receitas resultantes de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências, nos limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 29.

Art. 30. O Município aplicará na Área de Assistência e Desenvolvimento Social, no mínimo 4% (quatro por cento) das receitas resultantes de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências.

Art. 31. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 32. Ficam convalidados no PPA os valores das ações ora contemplados na presente lei.

Art. 33. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 10 de agosto de 2022.

FERNANDO AUGUSTO CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no setor competente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, em 10 de agosto de 2022.

CLÉBER LUÍS BRAGA
Supervisor de Expediente

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 24/08/2022